

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR INFANTIL: POSSIBILIDADES ANALISADAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.

Manuela Cristina Carreiro Moura

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. Email: manuela.m3@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste estudo é identificar se as rotinas desenvolvidas em um Centro de educação infantil de Floriano-PI estão adequadas para a inclusão de crianças com deficiência. Para atingir o objetivo proposto foi realizada uma pesquisa bibliográfica, seguida de uma pesquisa de campo, resultado das vivências do Estágio Supervisionado em educação infantil realizado durante a graduação. Como coleta de dados utilizamos observações do dia a dia e uma entrevista estruturada com a professora da sala de aula onde realizamos o estágio. O texto vai abordar sobre os aspectos legais que regem a Educação Especial, para dar embasamento ao estudo. E, faz toda uma caracterização do Centro de Educação, na perspectiva da estrutura física, das rotinas e da opinião de uma professora. Analisamos a instituição onde estagiamos para que pudéssemos ver a possibilidade de se tornar um espaço com Atendimento Educacional Especializado. Como resultado percebemos que apesar da creche possuir uma excelente estrutura física, a mesma não possui práticas inclusivas em sua rotina.

PALAVRAS – CHAVE: Educação infantil, Estágio supervisionado, Práticas inclusivas.



INTRODUÇÃO

A educação infantil é uma etapa de escolarização a qual a criança desenvolve suas primeiras habilidades e socializações. De acordo com o art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) a educação infantil é a “primeira etapa da educação básica e tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até os 5 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (BRASIL, 1996)

Durante a disciplina Estágio Supervisionado II – Educação Infantil do curso de Pedagogia realizado no segundo semestre de 2013 em um centro de educação infantil, verificamos que é bastante valioso e construtivo o tempo e as atividades preparadas em prol das crianças a fim dos melhores resultados em seus desenvolvimentos. Percebemos que o referido centro não possui Atendimento Educacional Especializado (AEE), então ficou um sentimento de falta, falta dessas crianças que possuem alguma deficiência convivendo, aprendendo, desenvolvendo, enfim, vivendo um momento tão importante que é a fase da educação infantil, que todas as crianças precisam vivenciar.

De acordo com o Decreto n° 3.298, que regulamenta a Lei n° 7.853/89, a educação especial é uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. Nesse sentido, entendemos que o ensino infantil merece ser um espaço inclusivo, onde as crianças cresçam convivendo entre si e aprendendo umas com as outras. (BRASIL, 1989)

Por esta razão temos como objetivo do estudo identificar se as rotinas desenvolvidas em um Centro de educação infantil de Floriano-PI estão adequadas para a inclusão de crianças com deficiência. Para responder a este objetivo, realizamos pesquisa bibliográfica para dar suporte às observações registradas no decorrer das experiências de estágio. Além disso, realizamos também uma entrevista com a professora da sala onde fizemos nosso estágio.

Este artigo é dividido em quatro partes. Na primeira mencionamos os aspectos legais nacionais que normatizam a educação especial numa perspectiva da educação inclusiva, na segunda é explicado o percurso metodológico da pesquisa, na terceira são analisados os dados produzidos, onde ponderamos a possibilidade da implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na creche, caracterizando a estrutura física e as rotinas da educação infantil.

Será mostrado ainda uma análise a partir de um questionário realizado com uma professora que leciona na Instituição, a respeito da qualificação dos professores, das dificuldades e do preparo

da instituição para receber alunos com deficiência e, por fim, a quarta e última parte possui algumas considerações acerca do que foi abordado ao longo do estudo.

Educação especial: aspectos legais

No que diz respeito aspectos da legislação que normatizam a educação especial podemos citar a LDB, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de Portaria N° 55, o Decreto N° 7.611 de 2011 que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado e o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais (RCNEI).

Com relação à LDB temos o art.58 no inciso 3° garantindo que a oferta de educação especial é dever constitucional do Estado, e deve ser oferecida às crianças de faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva criada pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial n° 555 de 2007, é apresentada pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial ao passo que o movimento mundial pela educação inclusiva luta pelo direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação.

Os objetivos da Política Nacional é possibilitar o acesso de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas escolas regulares para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

“Transversabilidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
Atendimento Educacional Especializado;
Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
Participação da família e da comunidade;
Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas;” (BRASIL, 2013)

Consta no documento da Política de Educação Inclusiva que o conceito de necessidades educacionais especiais foi propagado a partir da Declaração de Salamanca, pois foi compreendido

que as pessoas têm suas características individuais e precisam de um atendimento de acordo com sua necessidade.

Conforme a Política de educação inclusiva o AEE tem a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que impedem a participação dos alunos levando em conta suas necessidades específicas. Considerando que o processo de escolarização deve estar associado com a proposta pedagógica do ensino comum.

A respeito da educação infantil no documento consta que é onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno. Assim, desde o nascimento até os três anos de idade o AEE executa o processo de desenvolvimento através da estimulação precoce.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – Estratégias e Orientações para Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais diz que a escola tem um grande desafio, fazer com que todos seus alunos tenham acesso à aprendizagem básica, respeitando as diferenças culturais, sociais e individuais.

Este Referencial apresenta características importantes que uma escola deve ter:

“Adequação: Currículo elaborado a partir dos interesses, habilidades e necessidades das crianças.

Coerência: Organização de uma didática que facilite a compreensão do seu conteúdo curricular;

Flexibilidade: Currículo flexível, onde se possa introduzir novos elementos e a modificação dos existentes.

Multiplicidade: Propostas pedagógicas que atenda as demandas e peculiaridades de cada região.

Abrangência: Atendimento educacional de toda criança independente da condição de seu desenvolvimento.” (BRASIL, 2000)

Em relação aos recursos materiais, o atendimento especializado deve ser realizado em espaços físicos adequados ou adaptados, em toda parte mobiliária, de material pedagógico e equipamentos apropriados ao trabalho a ser desenvolvido, de acordo com as necessidades da criança

O documento citado acima diz ainda que a avaliação deve identificar as potencialidades e necessidades educacionais da criança, através de entrevista com a família, avaliações psico-educacionais da criança, estudo sócio-familiar, exames médicos e que se fizer necessário.

A lei é bastante clara, e apresenta todos os aspectos que subsidiam a educação especial, a implementação deste atendimento educacional é um desafio, mas vale a pena, pois segundo Carneiro (2012) a construção de um ambiente inclusivo favorece a criação de condições para que

todos os envolvidos no processo educacional possam direcionar a atenção sobre si mesmos e escutar o outro.

METODOLOGIA

Nosso estudo utilizou a pesquisa bibliográfica e de campo, adotando a abordagem qualitativa. É fundamental sabermos o que já foi pesquisado na área, com isso, utilizamos a pesquisa do tipo bibliográfica, que “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (GIL, 2009, p. 50).

A pesquisa de campo “permite aproximação do pesquisador e da realidade sobre a qual ele formulou uma pergunta” (MINAYO, 2012, p. 61). Nessa perspectiva a pesquisa teve como campo um Centro de educação infantil de Floriano-PI.

Minayo (2012) diz que os principais instrumentos de produção de dados para a pesquisa qualitativa é a observação e a entrevista, pela primeira podemos ver e captar tudo aquilo que não foi dito e pela segunda temos como matéria-prima a fala de alguns interlocutores, por este motivo foram os instrumentos por nós utilizados.

Quanto à observação, podemos considerar que foi utilizada a sistemática, porque quando estávamos desenvolvendo o estágio, fizemos vários registros de observação, sempre separando a rotina escolar por momentos, por exemplo, a entrada, o intervalo, hora da higiene, e escrevíamos aquilo que considerávamos mais relevante.

A observação sistemática tem como objetivo a descrição precisa dos fenômenos. Para a realização desse tipo de observação o pesquisador sabe quais aspectos da comunidade ou grupo que são significativos para alcançar os objetivos pretendidos, por isso deve elaborar previamente um plano de observação. (GIL, 2009, p.104)

A entrevista com a professora se deu de forma estruturada, pois “desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável.” (GIL, 2009, p. 113).

RESULTADO E DISCUSSÕES

Dentro do curso, o estágio é muito importante, pois nos permite viver a realidade de uma escola e tudo que ocorre nela. O Estágio Supervisionado II – Educação Infantil trouxe muitas experiências, desafios e nos despertou para pensarmos a respeito da possibilidade da Instituição à

qual estagiamos possuir AEE, cujas observações serão comentadas a seguir, onde destacaremos nosso olhar sobre a estrutura física da creche e das rotinas da escola.

Estrutura Física

A creche está localizada numa área bem ampla, arejada, espaçosa, os espaços que as crianças têm acesso são: o pátio central, os banheiros, as salas de aula, sala de vídeo e o parque. Durante todo o estágio notamos que o banheiro das crianças que é adaptado para pessoas com necessidades especiais estava isolado, o parque é inapropriado para todas as crianças, independentemente de ter ou não alguma deficiência, e lá não possui recursos didáticos direcionados ao atendimento especializado.

Para a implementação do AEE no Centro de educação infantil seria necessário, salas apropriadas, banheiros adaptados, recursos pedagógicos, salas multifuncionais, e professores capacitados. As rotinas e a estrutura física atuais não estão adequadas para alunos com deficiência.

Conforme Carneiro (2012):

A construção da escola inclusiva desde a educação infantil implica em pensar em seus espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos etc. voltados para a possibilidade de acesso, permanência e desenvolvimento pleno também de alunos com deficiências, alunos esses que, em virtude de suas particularidades, apresentam necessidades educacionais que são especiais. Talvez o maior desafio esteja na prática pedagógica. Embora todos os aspectos mencionados sejam fundamentais e estejam atrelados uns aos outros, a ação pedagógica direcionada e intencional contribuirá em muito para a inclusão em seu sentido pleno. (Carneiro, 2012, p.86)

A rotina

A rotina escolar na educação infantil proporciona as crianças momentos prazerosos e de aprendizagem. De acordo com Carvalho (2008) o descanso, a alimentação e os momentos de brincadeira “livre” são bastante construtivos. Uma rotina adequada é muito importante para as crianças, pois permite a ela desenvolver a sua autonomia e estimula a sua socialização.

No Centro educação infantil ocorre da seguinte maneira:

Chegada

Ao chegar à creche, as crianças são direcionadas as mesinhas localizadas no pátio para fazer o primeiro lanche, em seguida vão para a sala de aula, na turma a qual

acompanhamos, o maternal, de 3 a 4 anos, as vezes fazem uma oração escovam os dentes. (Registro de observação 25/08/2014)

Brincadeiras para iniciar a aula

Após esse primeiro momento, a professora responsável colocou brinquedos de montar com a intenção de desenvolver a coordenação motora, mas, eles acabaram brigando, porque tem três alunos que pegaram os brinquedos do outros, as meninas choraram muito, tivemos que interferir para que eles devolvessem para as meninas. (Registro de observação 17/09/2013)

Tarefa

Depois que eles brincam no início da aula, é o momento da tarefinha, é explicado que devem fazer, a maioria das vezes é para pintar, e então, auxiliamos com a atividade, é interessante ressaltar que apontamos o lugar para colorir, eles coloreem outras partes, que nem são para colorir. E dizem olha tia! Olha tia! Dizemos que está lindo e eles abrem um sorriso de alegria, quando são elogiados. (Registro de observação 10/09/2013)

Intervalo

Terminado a tarefinha, já começou intervalo, e eles vão brincar, correr, dançar, e o que mas tememos é que eles gostam muito do parque, que não é apropriado para o tamanho deles e ainda se encontra mal cuidado, quebrado, enferrujado e fica no sol o dia inteiro, por ser feito de ferro fica muito quente. (Registro de observação 24/09/2013)

Momento da higiene

Ao terminar o intervalinho, retornaram para a sala, beberam água, dois meninos vão tomar banho porque eles ficam o dia todo, os outros fazem a fila para lavar as mãos, quando todo mundo ficou pronto na sala, a professora os colocou no espaço chamado cantinho da leitura para contar historinha e brincar de roda. (Registro de observação 25/08/2013)

Saída

Ao final do dia na creche, as crianças formam uma fila e cantam as músicas:

“Meu lanchinho vou comer pra ficar fortinho e crescer”...

“Eu já sei entrar na fila não precisar empurrar fico atrás do coleguinha, não precisa empurrar”.

E foram de volta as mesinhas para a última refeição, que chamam de jantinha.. Eles foram servidos e quando terminaram, a professora os colocou para sentar pertos um do outro para esperar os pais. (Registro de observação 25/08/2013)

Da maneira que ocorre esses momentos acontecem não é possível incluir as crianças com deficiência. O Documento que subsidia a Educação Inclusiva fala que o AEE deve ser realizado prioritariamente nas salas multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização.

Então para qualificar a rotina da criança com deficiência o ideal é que ela frequente a escola regular, por exemplo pela manhã e no turno da tarde ela possa estar na sala multifuncional para promover melhores condições de aprendizado.

Óptica de uma professora

Sentimos a necessidade de saber a opinião de uma professora a respeito da inclusão do AEE, na instituição a qual estagiamos e ela trabalha. Aplicamos um questionário que abordava sobre a possibilidade da implementação desse atendimento na creche.

A professora que respondeu o questionário possui graduação em Licenciatura em Pedagogia, leciona no Maternal e já trabalhou com alunos com deficiência intelectual, em outra escola. As respostas que obtivemos foram:

O seu local de trabalho está preparado para prestar atendimento educacional especializado para crianças com deficiência?

“Não, isso porque para estar preparado, tem que haver uma sala multifuncional bem equipada e um profissional especializado para atender essas crianças. Além da inclusão delas na sala regular pela manhã junto com as outras crianças.”

Que dificuldades que teria como professora se a Creche tivesse AEE?

Teria que estar capacitada para trabalhar com as crianças, eu não poderia atender as expectativas tanto quanto um profissional especializado na área.

Acredita no processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular infantil?

Sim acredito, mas para dar certo de fato o professor além de ser especializado na área de educação inclusiva, ele tem que trabalhar junto com um auxiliar. Já que é difícil de trabalhar somente um professor apenas na sala regular, imagine ele trabalhando sozinho em uma sala com alunos com deficiência. .

Percebemos que a professora é bem pertinente na questão de ser necessário um professor especializado na área, ela está certa, compreendemos também a partir de sua fala que os professores não têm um incentivo, uma formação continuada, um apoio para especialização. Ela se julga não capacitada para lecionar em uma sala com crianças com deficiência e a creche também não possui recursos que abarca todas as necessidades que a educação especial demanda.

Frias (2008) diz que o desafio colocado aos professores é grande e que parte significativa continua “não preparada” para desenvolver estratégias de ensino diversificado, mas, o aluno com necessidades especiais está na escola, então cabe a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a discutir a questão da possibilidade da inclusão de crianças com deficiência em um Centro de educação infantil no município de Floriano-PI. Assim, os resultados obtidos neste estudo permitiram responder ao objetivo inicialmente proposto.

A educação especial é defendida pela legislação e para ser implementada no ensino regular de fato, é preciso oferecer condições favoráveis para o desenvolvimento da criança.

Nesse sentido, a partir das observações feitas no estágio e pela fala da professora percebemos que a creche não possui práticas inclusivas e não está preparada para implantar o AEE, sabemos que as dificuldades existem e não são poucas.

Sente-se a necessidade de mudar muita coisa, inclusive a rotina da creche que teria que abranger as crianças com deficiência para que elas participem de todos os momentos, o lanche na entrada, a tarefa na sala por ser um momento que tem caráter cognitivo, o recreio teria que ser de outra maneira, com brincadeiras as quais elas participassem, depois do intervalo, a higiene pessoal e por fim a hora da janta, ressaltando que em todos estes momentos é importante a presença de um cuidador ou monitor.

A instituição analisada tem possibilidade de se tornar um espaço inclusivo, basta que se faça as adaptações necessárias para o AEE. Em suma, a principal mudança seria a atitudinal, visto que nosso país possui leis, decretos e uma infinidade de resoluções. A necessidade urgente é colocá-los em prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/** Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001. – Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>> Acesso 20/10/13

BRASIL. **Documento Subsidiário a Política de Inclusão**/Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: MEC/SECADI, 2013 – Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&category_slug=marco-2015-pdf&Itemid=30192> Acesso 21/10/13

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>> Acesso 22/11/13

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político- Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** – Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. ISBN 978-85-60331-28-4

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil: Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais**/Ministério da Educação – Brasília: MEC, 2000.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/eduinf_esp_ref.pdf> Acesso 22/11/13

CARNEIRO, Relma Urel Carbone - Educação Inclusiva na Educação Infantil. **Práxis Educacional**, Vol 8, No 12 (2012) Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/view/735>> Acesso 21/11/13

CARVALHO, Rodrigo Saballa de. Problematizando as práticas do cotidiano na Educação Infantil. **Ciência & letras**. Porto Alegre, n. 43, p.195-212, jan./jun.2008.

FRIAS, Elzabel Maria Alberton – **Inclusão Escolar do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais: Contribuições ao Professor do Ensino Regular** – Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>> Acesso 21/11/13



GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

